



RGCS

Rede de Governança Climática
de Sustentabilidade



Primeira Rede de Governança Climática Mundial

LIDERANÇA E INOVAÇÃO

“ O FUTURO É AGORA ”

A RGCS - Rede de Governança Climática de Sustentabilidade é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), integrante do terceiro setor, constituída como Associação Sem Fins Lucrativos.

Fundada em 22/04/2024 em Comemoração ao Dia Mundial do Planeta Terra, data escolhida pela ONU em 22/04/1970.

Sua missão é conscientizar a sociedade, gestores públicos, pessoas físicas e jurídicas sobre a urgência da mudança de comportamento e orientar a implementação de políticas públicas ambientais com o intuito de minimizar os impactos climáticos que afetam todo o Planeta.

Tem como propósito a construção de uma rede ativa e engajada na mitigação dos impactos das mudanças climáticas, desenvolvendo ações que busquem a preservação do meio ambiente.

Visão:

Liderar o pioneirismo em Governança Climática, disseminando a metodologia exclusiva em todo o planeta.

Valores:

Ética, Eficiência, Equidade e Integridade.

Missão:

Promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Incentivando práticas responsáveis e inovadoras que beneficiem o planeta e suas comunidades.

Proposta de Valor:

Criar um ecossistema de governança climática integrada, incluindo formação técnica de pessoal, certificações profissionais e empresariais.

Conferência das Partes - COP



Em 1992 - Criação da COP - Rio de Janeiro

Em 1994 entrou em vigor, mas somente em 1995 ocorreu a 1ª COP em Berlim.

Atualmente, 197 países se reúnem anualmente com objetivo de prevenir intervenções humanas perigosas ao sistema climático mundial.

Em 2025 - A Cop será sediada no Brasil



Ineficácia dos Planos Climáticos



Em 2007, o governo brasileiro instituiu o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).

Em 2009: Instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Lei nº 12.187/2009.

Em 2010: Decreto nº 7.390, de 9/12/2010 regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei no 12.187, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

Em 2012: Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais.

Em 2016: Lançamento do Plano Nacional de Adaptação.

Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação à Mudança do Clima na Mineração de Baixa Emissão de Carbono (Plano de Mineração).

Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM).

Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSMC- Saúde).

Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) 16 normas ambientais estaduais sobre clima.

Até o momento, foram desenvolvidos os seguintes Planos Setoriais:

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado).

Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

Plano Setorial de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação (Plano Indústria).

Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia (Plano Siderurgia).





RGCS

Rede de Governança
Climática de Sustentabilidade

A EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE AMBIENTAL E A CRIAÇÃO DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA

DÉCADA DE 1970: PRIMEIROS ALERTAS AMBIENTAIS

- CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO EM 1972: MARCO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE

DÉCADA DE 1980: A CIÊNCIA DO CLIMA GANHA FORÇA

- COMEÇAM SER REALIZADOS EM 1988 OS RELATÓRIOS DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA- IPCC

DÉCADA DE 1990: PRIMEIROS ACORDOS GLOBAIS

- DURANTE A ECO 1992 FOI ESTABELECIDO O QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - UNFCCC
- EM 1997, OCORREU O PROTOCOLO DE QUIOTO, O PRIMEIRO TRATADO COM METAS OBRIGATÓRIAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES PARA PAÍSES DESENVOLVIDOS.

DÉCADA DE 2000: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

- DIFICULDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE QUIOTO
- EXPANSÃO DAS NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS E SURGIMENTO DE MECANISMO DE MERCADO (CRÉDITO DE CARBONO)
- CRIAÇÃO DO 1º FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CRIAÇÃO EM 2009 DA LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA - LEI 12.187/2009



RGCS

Rede de Governança
Climática de Sustentabilidade

A EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE AMBIENTAL E A CRIAÇÃO DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA

ANOS 2010: NOVA FASE COM O ACORDO DE PARIS

- EM 2015 SURGE A NDCs – CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS, ONDE TODOS OS PAÍSES ASSUMEM METAS CLIMÁTICAS E ASSINAM O ACORDO DE PARIS. A META GLOBAL ERA LIMITAR EM ATÉ 1,5° C O AQUECIMENTO ACIMA DOS NÍVEIS PRÉ-INDUSTRIAIS.

ANOS 2020: A DÉCADA DA IMPLEMENTAÇÃO

- FOCO NA AÇÃO CLIMÁTICA, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, FINANCIAMENTO CLIMÁTICO, JUSTIÇA CLIMÁTICA, CRESCENTE PROTAGONISMO DE PARLAMENTOS, CIDADES, SETOR PRIVADO

EM 2024: PRIMEIRAS ABORDAGENS SOBRE A GOVERNANÇA CLIMÁTICA

- A RGCS – PRIMEIRA REDE DE GOVERNANÇA CLIMÁTICA DE SUSTENTABILIDADE EM NÍVEL MUNDIAL, SURGE EM 22 DE ABRIL DE 2024, FUNDADA NESTE DIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA MUNDIAL DO PLANETA TERRA, DATA ESCOLHIDA PELA ONU. INICIA-SE ABORDAGEM SOBRE GOVERNANÇA CLIMÁTICA E SUA METODOLOGIA PIONEIRA COM 14 EIXOS EM GOVERNANÇA CLIMÁTICA, APRESENTAÇÕES REALIZADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL ATRAVÉS DA EMBAIXADORA CLIMÁTICA E PRESIDENTE DA RGCS – RENATA ANDRADE



O que é a Governança Climática?

- Conjunto de mecanismos e processos com tomadas de decisões sobre o clima, envolvendo governo, sociedade civil, setor público e privado, tendo como base principal o pilar da governança.

Benefícios da Governança Climática para o Legislativo

- Leis mais eficazes e alinhadas cientificamente com as diretrizes internacionais.
- Maior capacidade de fiscalização e controle
- Uso eficiente e transparente dos recursos públicos e recursos naturais
- Engajamento da sociedade e fortalecimento da democracia

A Importância da Governança Climática no Poder Legislativo

- Criação e Aperfeiçoamento das Leis Ambientais: A governança climática corrobora para a elaboração de leis eficazes, alinhadas a compromissos internacionais, como por exemplo, o acordo de paris
- Fiscalização e Controle: É de responsabilidade do poder legislativo fiscalizar a atuação do poder executivo e exigir a implementação e políticas climáticas
- Alocação Orçamentária: O poder legislativo aprova o orçamento público, uma governança climática eficaz garante que esses recursos sejam direcionados para ações reais de combate as mudanças climáticas.
- Segurança Jurídica e Estabilidade: Leis claras e consistentes geram segurança para investidores, empresas e para cidadãos, garantindo marcos legais de acordo com as agendas ambientais globais.
- Participação e Transparência: A governança climática inclui mecanismos de participação social e transparência, e o poder legislativo pode fortalecer isso através de audiências públicas.
- Integração Intersetorial: As políticas climáticas envolvem muitos setores e o poder legislativo, pode realizar essa abordagem de forma integrada.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GANHA DIVERSOS BENEFÍCIOS AO IMPLEMENTAR A GOVERNANÇA AMBIENTAL.

AQUI ESTÃO ALGUNS DOS PRINCIPAIS:

1. Redução de Custos – O uso eficiente de recursos como água, energia e papel gera economia para os cofres públicos.
2. Cumprimento da Legislação – Ajuda a evitar multas e penalidades por descumprimento de normas ambientais.
3. Sustentabilidade e Preservação Ambiental – Reduz impactos ambientais, promovendo o uso responsável dos recursos naturais.
4. Melhoria da Imagem Institucional – Demonstra compromisso com a sustentabilidade, aumentando a confiança da população e parceiros.
5. Eficiência Operacional – Processos mais sustentáveis resultam em menos desperdício e maior produtividade.

6. Atração de Investimentos e Parcerias – Empresas e organizações que valorizam a sustentabilidade são mais propensas a colaborar com órgãos públicos que adotam práticas ambientais responsáveis.

7. Saúde Pública e Qualidade de Vida – A redução da poluição e da degradação ambiental contribui para um ambiente mais saudável para a população.

8. Engajamento da Sociedade – Incentiva cidadãos e empresas a adotarem práticas mais sustentáveis, criando uma cultura ambiental positiva.

Ou seja, além de proteger o meio ambiente, a governança ambiental na administração pública traz eficiência, economia e benefícios sociais.

36%



73%



58%



PROJETOS



RGCS

Rede de Governança Climática
de Sustentabilidade

Framework RGCS: Índice de Governança Climática (IGC)



Diagnóstico

Análise personalizada com o Índice de Governança Climática (IGC).

Abrangência Única: Combina mais de 300 indicadores públicos e primários, adaptados à realidade local de cada instituição.

Coleta de 352 indicadores (dados públicos + primários).

Planejamento

Definição de metas realistas com o Score Climático Brasileiro.

O IGC é o primeiro índice global que integra as 14 dimensões da governança climática. Oferecendo uma avaliação completa e personalizada para o desenvolvimento sustentável.

Impacto:

- ✓ Ferramenta estratégica para governos e empresas cumprirem metas climáticas.
- ✓ Gera transparência para stakeholders e atrai investimentos sustentáveis.

Destaque:

- ✓ O IGC é o único indicador que mapeia todas as dimensões da governança climática, unindo dados globais e realidades locais.

Índice de Governança Climática (IGC)

Único no mundo que avalia 14 dimensões

Corporativa 

Territorial 

Aeroespacial 

Hídrica 

Tecnológica 

Agropecuária 

Urbana 



RGCS

Rede de Governança Climática
de Sustentabilidade

 Educação

 Climática

 Energética

 Econômica

 Circular

 Biodiversidade

 Saúde



Score Climático

O Score Climático é uma plataforma inovadora capaz de avaliar o nível de desenvolvimento em governança climática de estados, municípios e empresas, tendo como pilar o Índice de Governança Climática (IGC).

O Score Climático transforma dados complexos em uma métrica clara, ajudando a evitar greenwashing e otimizando recursos.

Principais Características:

- ✔ **Indicador de Desempenho:**
Mostra a posição da entidade em relação às melhores práticas climáticas.
- ✔ **Atração de Recursos:**
Um score alto amplia o acesso a financiamentos internacionais.
- ✔ **Transparência:**
Garante que os investimentos em sustentabilidade sejam direcionados a projetos realistas e alinhados com as necessidades ambientais e sociais.

Mensuração é Indispensável !



Desenvolvemos uma metodologia com 14 dimensões estratégicas da Governança Climática para monitoramento, gestão e entregas reais de resultados.

Quatro Processos para Implementação e Gestão de práticas recomendadas pelo framework.

352 medidas práticas e um índice de avaliação chamado IGC – Índice de Governança Climática, que ajuda a sua cidade a:

- Diagnosticar onde está;
- Planejar onde quer chegar;
- Medir o progresso com clareza;
- Atrair recursos, parcerias e reconhecimento.

Capacitação em Embaixadores da Governança Climática

Objetivo Principal:

Formar líderes e multiplicadores em governança climática com excelência técnica e ética, atuando como agentes de transformação em suas comunidades.

Diferenciais:

- ✓ Formação Completa: Aborda as 14 dimensões da governança climática.
- ✓ Foco Prático: Prepara para implementar políticas públicas, ações empresariais e comunitárias sustentáveis.
- ✓ Rede Global: Egressos integram a Rede de Embaixadores, com acesso a atualizações e parcerias.



RGCS
Rede de Governança Climática
de Sustentabilidade



PIONEIRISMO NA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO





**Sua cidade pode ser
referência em sustentabilidade.**

www.rgcs.org.br



@REDE.RGCS

**SRTVS QUADRA 701
CONJ. D BLOCO A SALA 320**

**CENTRO EMPRESARIAL BRASÍLIA
ASA SUL - BRASILIA/DF**

 @rede.rgcs  (61) 99822-0707